

A controvérsia acerca do cabimento de honorários advocatícios no cumprimento de Sentença (Lei n. 11.232/05)

Francisco Carvalho Correa¹, fcarvalhocorrea@yahoo.com.br; **José Rocha Junior**², jrjunior23@bol.com.br

1. Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), Rio de Janeiro, RJ; advogado; professor na Faculdade Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.
2. Bacharel em Direito e oficial de apoio judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

RESUMO: Em 2005, foi aprovada a Lei n. 11.232 que, entre outras coisas, sepultou o processo de execução de sentença, criando, a partir dali, a fase de cumprimento de sentença, que é mero complemento do processo de conhecimento. A referida mudança, embora desejada, tem gerado discussões, pois se omite quanto ao cabimento de honorários advocatícios nessa nova “fase” do processo.

Palavras-chave: cumprimento de sentença, honorários, aplicação.

RESUMEN: La controversia sobre la idoneidad de los honorarios del abogado en el cumplimiento de la Sentencia (Ley no. 11.232/05). En 2005, la Ley no. 11.232 fue aprobada, que, entre otras cosas, enterrado el proceso de ejecución de la sentencia, la creación a partir de ahí, la etapa de cumplimiento de la sentencia, que es un simple complemento al proceso de aprendizaje. Ese

cambio, aunque lo desea, se ha generado una discusión , porque omite a la adecuación de los honorarios del abogado en esta nueva “fase” del proceso.

Palabras llaves: cumplimiento de sentencia, tarifas, aplicación.

ABSTRACT: The controversy about the appropriateness of attorney’s fees in compliance with Sentence (Law no. 11.232/05). In 2005, the Law no. 11.232 was approved, that, among other things, buried the process of executing the sentence, creating from there, the stage of completion of sentence, which is a mere supplement to the learning process. That change, although desired, ihas generated discussion, because it omits to the appropriateness of attorney’s fees in this new “phase” of the process.

Keywords: compliance of judgments, fees, application.

Introdução

Este artigo visa proceder a uma análise apurada das decisões proferidas por nossos tribunais, bem como dos pareceres Doutrinários acerca da possibilidade de arbitramento de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, conforme a Lei n. 11.232/05.

O estudo sobre o tema se mostra interessante pelo fato de que a referida Lei, que gerou a controvérsia, não faz qualquer menção sobre o cabimento de tal verba honorária.

A problemática se dá pelo seguinte: o Processo Civil Brasileiro tem suas origens principalmente no Direito italiano, onde prevalece a tese da dualidade processual, ou seja, o processo de conhecimento, onde é proferida a sentença de mérito, não se mistura com o processo de execução, onde aquele título executivo é levado ao Poder Judiciário para se efetivar a tutela.

A lei acima citada acabou com o processo de execução de sentença, passando a existir a fase de cumprimento de sentença, que é mero complemento do processo de conhecimento. Em meio a esse cenário, surgiu a controvérsia. Não existe mais um segundo processo – o de execução – o que importaria em honorários somente naquele primeiro, sob pena de duplicidade (bis in idem).

Mas talvez não tenha sido essa a intenção do legislador, vez que esta lei é advento óbvio e claro do art. 5, LXXVIII, CF, que inseriu a celeridade processual como garantia fundamental, combinado ainda com o princípio da causalidade, que atribui os ônus sucumbenciais àquele que der causa ao processo ou incidente.

Importante frisar que o silêncio da lei sobre o assunto vem gerando a tão indesejada insegurança jurídica.

Assim o que se busca, com o presente artigo, é uma melhor elucidação a respeito a aplicação ou não dos honorários advocatícios da fase de cumprimento de sentença.

I – A Lei n. 11.232/05

Em busca de uma maior celeridade processual, inclusive influenciada pela EC 45/2004, em 22 de dezembro de 2005, foi aprovada a Lei n. 11.232/05, que alterou sensivelmente o procedimento adotado, consubstanciando-se em verdadeira revolução processual. Em uma simples leitura do conteúdo da lei alteradora, verifica-se que se objetivo foi realmente transformar o procedimento adotado. Prova disso é a análise de seu art. 9º, que determinava a revogação de nada mais nada menos que 19 artigos, e ainda de um capítulo inteiro.

Sobre as consequências da reforma, o professor José Carlos Barbosa Moreira (2006, p. 39), para muitos, o maior processualista brasileiro, em precisa lição sobre o tema, elucida que:

De acordo com a nova sistemática, os atos executivos devem praticar-se à guisa de prosseguimento do processo em que se julgou, sem solução de continuidade. Em outras palavras: passa a haver um só processo, no qual se realizam sucessivamente a atividade cognitiva e a executiva. Cumpre sublinhar que essa mudança em nada influi na distinção ontológica entre as duas atividades. Cognição e execução constituem segmentos diferentes da função jurisdicional. A lei pode combiná-los de maneira variável, traçar ou não uma fronteira mais ou menos nítida entre os respectivos âmbitos, inserir no bojo de qualquer deles atos típicos do outro, dar precedência a este sobre aquele, juntá-los, separá-los ou entremeá-los, conforme lhe pareça mais conveniente do ponto de vista prático. O que a lei não pode fazer, porque contrário à natureza das coisas, é torná-los iguais.

1.1 – A omissão da lei sobre o assunto e o início da controvérsia

Não se pode negar que a Lei n. 11.232/05 foi benéfica para todos, seja para os advogados, juízes, jurisdicionados, e todos aqueles que, de alguma forma, participam ou são influenciados pelas decisões judiciais. A celeridade que foi imposta ao procedimento é incontestavelmente relevante.

Porém, as reformas devem acontecer para somar e não para fracionar, principalmente numa ciência tão interpretativa como o Direito. As mudanças devem observar o que já existe de essência na disciplina, trazendo algo de novo, porém, que não traga consigo conflitos de existência.

Infelizmente foi o que aconteceu com a Lei n. 11.232/05. As alterações impostas foram de grande valia, como já dito, mas alguns pilares foram abalados.

Recapitulando, a ação de conhecimento e a ação de execução de sentença eram totalmente autônomas, ou seja, cada qual com sua petição inicial, defesa, especificação de provas, saneamento, sentença, recurso, dentre outros. Dessa forma, cristalina era a situação dos ônus sucumbenciais, em especial dos honorários advocatícios, ou seja, aquele que fosse o perdedor daquele processo arcaria com tal verba.

Pois bem, a Lei n. 11.232/05 simplesmente sepultou a ação de execução de sentença. A partir de tal lei, a forma de se “executar” o título executivo seria pelo chamado “cumprimento de sentença”. Este, por sua vez, seria uma mera fase do processo de conhecimento, não ensejando nova petição inicial, distribuição, nem mesmo citação. Sua incidência se daria pelo fato de, contados 15 dias do trânsito em julgado da sentença e não havendo o adimplemento voluntário da obrigação, uma petição comum, instruída com o cálculo atualizado do débito, faria o papel de instrumento executório.

Depois da entrada em vigor de tal lei alteradora, a doutrina e a jurisprudência iniciaram uma grande discussão sobre o tema. Assim, sendo o cumprimento de sentença uma fase do processo, haveria a incidência de novos honorários advocatícios em desfavor daquele que foi causador daquela fase?

II – Problemática: são cabíveis honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença conforme a Lei n. 11.232/05?

Aquele que achar que o Processo Civil Brasileiro passou por suaves e homeopáticas alterações nos últimos tempos, estará, no mínimo, minimizando

a profunda renovação pela qual atravessou e vem atravessando esse ramo do Direito. Não foram somente mudanças normativas, o que se viu foi uma verdadeira alteração de conceitos, redefinição de termos, enfim, um redesenho do sistema.

A partir daí, algumas praxes jurídicas, bem como a consecução de alguns procedimentos, demandaram um novo estudo para reavaliação dos institutos remanescentes e obrigaram que os operadores do Direito novamente se debruçassem sobre os livros a fim de se encontrar um consenso acerca das novidades processuais.

Trazendo a problemática para o tema em foco, há de se observar que os honorários advocatícios sucumbenciais na fase de cumprimento de sentença ainda não são uma unanimidade. Para uma melhor análise do caso, exige-se um aprofundamento maior sobre os conceitos e princípios a ele relacionados.

Deve ficar bem claro, para uma melhor análise deste artigo, o que aqui se trata é do cumprimento de sentença de condenação em pagar quantia certa, o que, por óbvio, delimita o alcance do trabalho.

Dessa forma, ficam de fora duas situações. A primeira é a da execução de pensão alimentícia, que permanece como estava, com sua regência especificada nos artigos 732 e 733 do Código de Processo Civil. A segunda é a execução contra a Fazenda Pública, que continua a seguir o rito específico previsto no artigo 730 do Código de Instrumentos.

III – Diferentes correntes doutrinárias acerca do tema

Em razão do conteúdo da novidade processual e da ausência de letra legal expressa, o que se encontram são pareceres jurídicos e decisões judiciais nos mais diversos sentidos, o que, obviamente, fomenta a insegurança jurídica tão indesejada por todos.

O que acabou ocorrendo foi uma análise inicial, diga-se prematura, acerca do tema, trazendo pareceres apressados e decisões inconsistentes. Com o decorrer do tempo, as idéias foram se aproximando, assim como as decisões, conforme veremos adiante.

A princípio, a posição mais consistente era a do não cabimento de honorários advocatícios no cumprimento de sentença. Sendo esta posição a mais seguida principalmente nos dois primeiros anos após a entrada em vigor da Lei n. 11.232/05.

Basicamente, o argumento era o seguinte: Tendo em vista que não mais existe um processo autônomo de execução, não tem sentido que o

advogado receba duas vezes pelo mesmo trabalho. A sua remuneração já é arbitrada na sentença. O processo de execução foi extinto do ordenamento jurídico pela Lei n. 11.232/05. Agora, há o cumprimento de sentença, que se constitui de mera fase do processo, o que impede o arbitramento de nova verba honorária face ao silêncio da legislação nesse sentido.

A doutrina, encabeçada pelo excelente Humberto Theodoro Júnior (2007, p. 139), começou a tender nesse sentido, senão veja:

As despesas processuais do cumprimento da sentença, naturalmente, correm por conta do executado, como consectário do inadimplemento. Não há, porém, como imputar-lhe nova verba advocatícia, uma vez que não há mais uma ação distinta para executar a sentença. Tudo se passa sumariamente como simples fase do procedimento condenatório. E, sendo mero estágio do processo já existente, não se lhe aplica a sanção do art. 20, mesmo quando se verifique o incidente da impugnação (art. 475-L). Sujeita-se este a mera decisão interlocutória (art. 475-M, § 3º), situação a que não se amolda a regra sucumbencial do art. 20, cuja aplicação sempre pressupõe sentença.

Segue-o, na mesma linha, o advogado e mestre gaúcho Danilo Knijnik (2006, p.166), asseverando que em mero incidente processual – como o cumprimento de sentença – não deve haver nova condenação em honorários advocatícios, nem mesmo havendo a impugnação do artigo 475-L do CPC por parte do devedor: “Considerando-se que não se trata de ação nova, mas de incidente vinculado à relação processual já instaurada, a nosso ver não são cabíveis novos honorários na Sentença que julgar a impugnação”

Lado outro, a posição que talvez seja a mais confortável para o julgador é a do arbitramento de honorários advocatícios somente no caso de haver impugnação ao pedido de cumprimento de sentença.

Conforme vem se verificando na prática forense, em especial nas decisões de primeira instância, a apresentação da impugnação, caracterizando a resistência do devedor à execução, seria o requisito essencial para o arbitramento.

Pregando a corrente da não fixação de verba advocatícia pela simples necessidade de execução, Flávia Pereira Ribeiro (2007, p. 202) ressalva que, havendo impugnação, e sendo esta acolhida, somente assim deve haver a condenação na verba honorária, em prejuízo do credor:

[...] Tendo em vista que tão-somente é possível falar-se em sucumbência quando houver o reconhecimento de uma situação jurídica e a respectiva atribuição de um bem jurídico ao impugnante, parece claro que somente haverá honorários advocatícios na condenação do vencido na impugnação (...) Ao que parece, essa seria a única situação de incidência de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença condenatória, qual seja, na hipótese de o devedor se defender e lograr êxito em sua impugnação, no sentido de demonstrar a existência de débito, permitindo-se a condenação do suposto credor nas verbas de sucumbência.[...].

Analisando a posição acima, percebe-se a defesa de arbitramento da verba honorária somente no caso de extinção da dívida, ou seja, no caso de procedência da impugnação ao cumprimento de sentença, condenando o pretense credor a tal título de sucumbência.

O parecer é bem abalizado, mas há também aqueles que defendem ser mais forte a tese de que sendo julgada improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença, ficam sendo obrigatórios os honorários, face à resistência, muitas vezes, injustificada à execução, com o fito de procrastinar o feito.

Desta feita, para esta posição doutrinária, pelo simples fato de haver a impugnação, sendo ela julgada procedente ou improcedente, será a verba honorária devida.

Não se pode deixar de destacar, que, mesmo com alguns argumentos fortes e o apoio de parte da jurisprudência, os posicionamentos acima não parecem amoldar-se ao novo modelo de execução/cumprimento de sentença. Assim sendo, passam-se a esposar os pilares de entendimento daqueles que são a favor do arbitramento de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença em qualquer hipótese, bastando que não haja o pagamento do débito de forma voluntária e tempestiva.

Diante de várias explanações acerca do tema, inegável fica a assertiva de que o cumprimento de sentença se dá por execução. Dessa forma, embora esteja presente no Livro I do CPC, os princípios e regras atinentes à execução devem ser aplicados a tal fase do processo.

É importante destacar que o artigo 475-R do CPC prevê: “Art. 475-R. Aplicam-se subsidiariamente ao cumprimento da sentença, no que couber, as

normas que regem o processo de execução de título extrajudicial (Incluído pela Lei n. 11.232, de 2005)".

Sendo a disciplina legal omissa em relação ao cabimento de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, deve ser invocada a norma prevista no artigo 652-A, in verbis:

Art. 652-A. Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários de advogado a serem pagos pelo executado (art. 20, § 4º)

(Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

Parágrafo único. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

Somente com este argumento, já se poderia considerar terminada a celeuma. Porém, a discussão vai além e traz mais alguns motivos para considerar-se o cabimento.

IV – O princípio da causalidade

A regra geral que direciona a condenação em honorários advocatícios é o princípio da causalidade, segundo o qual aquele que der causa à demanda ou ao incidente é quem deve arcar com os honorários advocatícios da outra parte.

De um modo geral, a parte que ajuíza o cumprimento de sentença já é vencedora da fase de conhecimento, já possuindo a seu favor o reconhecimento judicial de que aquele direito lhe pertence, devendo apenas passar, para mera concretização, pela dita "execução". Por outro lado, por já ter sido condenado ao pagamento de determinada quantia, ao devedor caberia cumprir a referida obrigação, sem que o credor necessitasse requerer a intervenção do Estado para obter a tutela jurisdicional.

Presume-se, então, que em função da inércia do devedor da obrigação é que o credor vê-se vinculado ao pedido de intervenção judicial, por meio da "execução", para ver satisfeito o seu crédito.

Incontroverso, assim, fica o fato de que o devedor que não cumpre a obrigação dá causa à "execução", vez que a máquina judicial só foi manejada – esclareça-se: por meio de petição simples, e não petição inicial – porque a parte vencida não obedeceu à ordem Judicial emanada como já deveria assim ter procedido.

V – O aspecto constitucional (dignidade da pessoa humana / valor social do trabalho / advogado como figura essencial à justiça)

O debate instalado sobre o tema se deve ao constante no artigo 20, §4º do CPC, após a redação dada pela Lei n. 8.952/94, *in verbis*:

Art. 20 (...)

§4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, **e nas execuções, embargadas ou não**, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do Juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior (grifo nosso).

Anteriormente, neste artigo, ficou bem claro que o cumprimento de sentença se dá por execução, portanto, se enquadrando na hipótese.

Numa análise simplória, verifica-se que à época da redação do referido artigo e seus parágrafos, sequer se cogitava que o conhecimento e a execução seriam fases de um mesmo processo, o que impediu, obviamente, que houvesse uma referência expressa nesse sentido. Portanto, o que se vê é a ocorrência de uma gritante omissão do legislador, que por descuido ou falta de conhecimento não fez com que a Lei n. 11.232/05 se encaixasse perfeitamente na sistemática processual vigente.

Não pode o legislador tratar de forma desigual situações que se mostram concretamente iguais, como, por exemplo, dois advogados que assumem causas juridicamente parecidas em seus escritórios, porém um deles vê o crédito de seu cliente ser satisfeito ainda antes do trânsito em julgado da sentença, enquanto o outro se vê obrigado a confeccionar a petição de cumprimento de sentença – acompanhada de sua memória de cálculo – e enfrentar as artimanhas da parte adversa tentando procrastinar o feito, tendo muitas vezes que responder à impugnação e acabar demorando mais de ano em busca da efetiva tutela jurisdicional.

Os princípios e ditames constitucionais, como é sabido, irradiam sobre todo o ordenamento jurídico, impondo a tudo e a todos uma espécie de obediência obrigatória.

Por exemplo, os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho não têm como ser respeitados se não imaginarmos inicialmente numa contraprestação ao trabalho prestado pelo advogado, assim como o

reconhecimento de tal esforço laborativo. Deve-se lembrar que, muitas vezes, para a consecução de determinadas tarefas jurídicas são despendidos os maiores esforços possíveis, em algumas oportunidades funcionando como verdadeiros investigadores, visto que têm que ir em busca de informações acerca da existência de bens e direitos, endereços e outros.

Impende também frisar o disposto no artigo 133 da Constituição Federal de 1988 que coloca o advogado como figura indispensável à administração da Justiça, sendo indubitosa, assim, sob o prisma respectivo, a indispensabilidade do pagamento pela tarefa pela qual esse profissional se desincumbiu.

Sendo ainda forçoso lembrar – porque não – do artigo 3º, incisos I e III da CF/88, que afirmam ser objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como reduzir as desigualdades regionais e sociais. Objetivos esses que para serem alcançados devem perseguir toda e qualquer situação inerente ao brasileiro ou estrangeiro aqui residente, inclusive com a valorização de qualquer profissão, como a do advogado.

Dessa forma, é necessária a aplicação dos princípios constitucionais ao caso, em especial o da isonomia, o da dignidade da pessoa humana, o do valor social do trabalho, bem como o da celeridade processual – que foi, inclusive, o causador da Lei n. 11.232/05 – e o da indispensabilidade do advogado.

5.1 – Os pareceres doutrinários sobre a problemática discutida no presente texto

A doutrina moderna atualmente vem acolhendo maciçamente esta posição, por considerar que a mesma coaduna-se perfeitamente com o espírito reformista da Lei n. 11.232/05. Diversos são os pareceres neste sentido, inclusive por alguns dos doutrinadores tidos como maiores formadores de opinião em Processo Civil.

Para o ilustre processualista Araken de Assis (2006, p. 263):

É omissa a disciplina do ‘cumprimento de sentença’ acerca do cabimento de honorários advocatícios. No entanto, harmoniza-se com o espírito da reforma, e, principalmente, com a onerosidade superveniente do processo para o condenado que não solve a dívida no prazo de espera de quinze dias – razão pela qual suportará, a título de pena, a multa de 10% (art. 475-J, caput, CPC) –, a fixação de honorários em favor do exequente, senão no ato que deferir a execução, no mínimo na oportunidade do levantamento

do dinheiro penhorado ou do produto da alienação dos bens. (...) Do contrário, embora seja prematuro apontar o beneficiário com a reforma, já se poderia localizar o notório perdedor: o Advogado do exeqüente, às voltas com difícil processo e incidentes, a exemplo da impugnação do art. 475-L, sem a devida contraprestação.

Nota-se, com esse parecer, a defesa incontestada do referido arbitramento. A completude da explanação é tamanha que o autor menciona, inclusive, o momento em que a fixação deve se dar no momento do despacho que der início ao cumprimento de sentença, ou no momento em que o valor for levantado pelo credor.

O moderno doutrinador Cássio Scarpinella Bueno (2006, p.75) tem opinião parecida:

Não cumprido o julgado tal qual constante da “condenação” (o título executivo judicial), o devedor, já executado, pagará o total daquele valor acrescido da multa de 10% (...) e honorários de advogado que serão devidos, sem prejuízo de outros, já arbitrados pelo trabalho desempenhado pelo profissional na “fase” ou “etapa” de conhecimento, pelas atividades que serão, a partir daquele instante, necessárias ao cumprimento forçado ou, simplesmente, execução do julgado (...). São devidos honorários advocatícios para a “fase” ou “etapa” de execução – assim entendidas as atividades executivas que terão início, a pedido do exeqüente, esgotado in albis o prazo a que se refere o caput do art. 475-J do CPC.

Na mesma esteira de pensamento constam os pareceres de Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart

Em razão do silêncio da lei, seria possível pensar que nada é devido a título de honorários de advogado na execução de sentença condenatória. Porém, se o advogado certamente não pode ser obrigado a trabalhar de graça, não há como deixar de exigir do réu – *que torna necessária a execução* – os honorários do advogado do autor, já que de outra forma estará sendo negado o princípio *de que o processo não pode prejudicar a parte que tem razão*. Assim,

o juiz também deve agregar o valor dos honorários de advogado (devido pela execução) ao valor que está sendo executado, sob pena de violar os direitos fundamentais processuais e a lógica do sistema, que resolveu impor multa de dez por cento ao réu *para forçá-lo ao adimplemento voluntário*.(...) Como é óbvio, honorários não tem relação com ação, mas sim com retribuição por trabalho.

Assim pensam, ainda, Fredie Diddier Jr, Rafael de Oliveira e Paulo Sarno Braga “Nessa nova fase, que se inicia após o não-adimplemento voluntário da obrigação, serão devidos honorários advocatícios, nos termos do art. 20, § 4º, CPC, adaptado à nova sistemática da execução da sentença”.

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Athos Gusmão Carneiro, com a grande argúcia e competência que sempre lhe foram peculiares, não só opina sobre o assunto como também oferece um rumo a ser seguido em tais situações (2006, p. 85):

Ao receber o requerimento do credor (art. 475-J, *caput*), acompanhado da planilha de cálculo, cumpre ao magistrado fixar, a *título provisório*, os honorários a serem pagos pelo devedor, correspondentes a esta fase do processo (que pode, em certos casos, revelar-se mui trabalhosa para o procurador judicial). Caso o executado não venha a impugnar a execução, normalmente esta verba tornar-se-á definitiva.

Depois de uma verdadeira guerra processual envolvendo Juristas e Tribunais, as decisões começam a se homogeneizar de um modo geral. Atualmente os Tribunais praticamente pacificaram a matéria, principalmente após a decisão do Superior Tribunal de Justiça, proferida pela Ministra Nancy Andrighi, onde reconheceu a aplicação da verba honorária no cumprimento de sentença (RECURSO ESPECIAL Nº 978.545 – MG (2007/0187915-9)).

Há de se convir que o voto proferido pela eminente Ministra do Superior Tribunal de Justiça Nancy Andrighi é de clareza ímpar. Seus argumentos são delineados de forma concatenada e precisa, deixando em maus lençóis – no que diz respeito à fundamentação – aqueles que pensam de forma diversa.

Diante deste julgado, inevitavelmente o panorama jurídico acerca do tema foi alterado, induzindo vários magistrados e tribunais a seguirem esse rumo.

VI – O anteprojeto de lei do novo CPC

Em meio a toda essa discussão, em 08/06/2010 foi apresentada pelo Presidente do Senado Federal José Sarney o Projeto de Lei do Senado de nº 166/2010, que propõe a aprovação de um novo Código de Processo Civil.

Como já dito, a iniciativa atinge em cheio um grande anseio da comunidade jurídica, visto que vai em busca de uma prestação jurisdicional mais célere.

Para a elaboração do anteprojeto de lei do novo Código de Processo Civil foi designada uma comissão de juristas, sendo a mesma presidida pelo ilustre ministro do Superior Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Fux, o que credencia ainda mais a iniciativa face ao espírito modernista e reformador sempre presente nas decisões e explanações do dito jurista.

Com base nas discussões já mencionadas neste artigo, o anteprojeto não poderia deixar de contemplar o problema em questão, corrigindo uma séria falha ocorrida na ocasião da aprovação da Lei n. 11.232/05.

O novo Código de Processo Civil, caso não sofra nenhuma emenda neste sentido, versará exatamente sobre a situação em foco, conforme se vê adiante:

LIVRO II

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

TÍTULO II

DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

CAPÍTULO II

DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 495. Na ação de cumprimento de obrigação de pagar quantia, transitada em julgado a sentença ou a decisão que julgar a liquidação, o credor apresentará demonstrativo de cálculo discriminado e atualizado do débito, do qual será intimado o executado para pagamento no prazo de quinze dias, sob pena de multa de dez por cento.

§ 1º Quando a elaboração do demonstrativo a que se refere o *caput* depender de dados que estejam em poder do devedor ou de terceiro, o juiz, a requerimento do credor, poderá requisitá-los, observando-se, no que couber, as disposições da exibição judicial.

§ 2º Não realizado o cumprimento total ou parcial da sentença pelo devedor, dar-se-á curso imediatamente à execução, salvo se o credor justificar a impossibilidade ou a inconveniência de sua pronta realização.

§ 3º Não sendo o caso de penhora por termo nos autos de imóveis e de veículos, nem penhora eletrônica de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, será desde logo expedido mandado de penhora, seguindo-se os demais atos de expropriação.

§ 4º Transcorrido o prazo para cumprimento espontâneo da obrigação, sobre o valor da execução incidirão honorários advocatícios de dez por cento, sem prejuízo daqueles impostos na sentença (grifo nosso).

§ 5º Findo o procedimento executivo e tendo como critério o trabalho realizado supervenientemente, o valor dos honorários da fase de cumprimento da sentença poderá ser aumentado para até vinte por cento.

Perceba-se que o § 4º do art. 495 do Projeto de Lei impõe o arbitramento da verba honorária em 10% no caso de não cumprimento espontâneo da obrigação.

Em complemento e em respeito ao artigo 20 do CPC, o §5º do mesmo artigo diz que estes honorários poderão ser aumentados até para 20%, a depender do trabalho que posteriormente for realizado pelo advogado.

VI – Considerações finais

Finalmente se nota a identificação de três hipóteses acerca do cabimento de honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença, ficando claro e cristalino que a hipótese que melhor se amolda ao espírito condutor das reformas processualistas, inclusive da Lei n. 11.232/05, é a do cabimento da referida verba em qualquer hipótese, bastando que não haja por parte do devedor o pagamento da quantia de forma voluntária e tempestiva.

Em suma, tal entendimento se identifica com as recentes decisões advindas do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, bem como dos Tribunais os Estados, que, com a permissão da palavra, ficaram de joelhos após a decisão proferida pela Ministra do STJ, Excelentíssima Nancy Andrighi.

Concluindo, deve-se lembrar ainda que, em breve, as discussões sobre o assunto devem acabar, já que o anteprojeto de lei do novo Código de Processo Civil, que tramita no Congresso Nacional, prevê o arbitramento dos honorários advocatícios nessa fase do processo de conhecimento.

Referências

ARENHART, Cruz Sérgio; MARINONI, Luiz Guilherme. **Cabe fixação de honorários advocatícios no cumprimento da sentença?** Disponível em: < <http://jus.com.br>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

ASSIS, Araken de. **Cumprimento de sentença**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A nova definição de sentença. In: **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo: Dialética, 2006.

BUENO, Cássio Scarpinella. **A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRAGA, Sarno Paulo; DIDDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael de. **Cabe fixação de honorários advocatícios no cumprimento da sentença**. Disponível em: < <http://jus.com.br>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Do cumprimento da sentença, conforme a Lei 11.232/2005. Parcial retorno ao medievalismo? Por que não? In: **Revista do Advogado**. São Paulo, v. 26, n. 85, AASP, maio/2006.

KNIJNIK, Danilo. **A nova execução**: comentários à Lei 11.232/05. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

RIBEIRO, Flávia Pereira. **A sucumbência na impugnação ao cumprimento de sentença**. In: BRUSCHI, Gilberto Gomes; SHIMURA, Sérgio (coords.). Execução civil e cumprimento da sentença. São Paulo: Método, 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **As novas reformas do Código de Processo Civil**. São Paulo: Forense, 2007.

_____. **A execução de sentença e a garantia do devido processo legal**. São Paulo: Aide, 1987.